Uma introdução ao estudo da história das línguas

Português

Enviado por: _tatiane_valeria@seed.pr.gov.br

Postado em:21/07/2017

Por Carlos Alberto Faraco in Parábola Editorial Não há exagero em dizer que o maior acontecimento dos tempos modernos na área dos estudos das línguas foi a descoberta de que elas têm história. São realidades dinâmicas, que mudam continuamente no tempo, e têm, portanto, um passado. Essa descoberta mudou substancialmente a nossa compreensão do fenômeno linguístico. Mas teve também efeitos amplos sobre toda a compreensão que a Europa tinha de sua própria cultura. No entanto, ela vai se formular com consistência e efetiva demonstração empírica apenas no final do século XVIII. A expansão colonial da Inglaterra havia incorporado a Índia a seus domínios. O contato íntimo com a riqueza da cultura hindu fascinou profundamente os ingleses. Um grupo de administradores coloniais fundou, então, em 1784, a Sociedade Asiática de Calcutá, que tinha como objetivo principal traduzir os monumentos literários da Índia Setentrional. Essas traduções serviram de veículo para a divulgação do sânscrito, a língua hindu clássica, e de sua literatura na Europa. A ideia de que as línguas são realidades com história não era totalmente nova. De certa forma, ela estava na tese monogênica, sustentada numa certa leitura do texto bíblico, de que todas as línguas derivariam do hebraico, tese que foi comum na Renascença. E estava também na percepção explicitada por Dante no começo do século XIV de que as línguas latinas tinham todas uma origem comum. Um dos membros dessa Sociedade, o juiz William Jones (1746-1794), estudando a fundo o sânscrito, percebeu inúmeras semelhanças do sânscrito com o grego e o latim – as línguas clássicas da Europa. Tendo em conta essas semelhanças, claramente visíveis seja nas raízes verbais, seja nas formas gramaticais, Jones apresentou, em 1786, uma comunicação à Sociedade Asiática, argumentando que elas eram de tal monta que seria impossível atribuí-las ao acaso. Era preciso considerar que essas línguas tinham uma origem comum e a elas se poderia acrescentar o persa antigo, o celta – a língua dos povos que ocupavam parte da Europa antes da expansão romana – e o gótico, a antiga língua dos povos germânicos. Para falar dessas relações entre as línguas, Jones adotou metaforicamente o vocabulário do campo semântico da família, criando as figuras do parentesco e da família de línguas. Até hoje, embora conscientes da relativa imprecisão desse vocabulário, continuamos a usar essas metáforas e a trabalhar com uma classificação dita genética das línguas. Por ela, o português é, por exemplo, “parente” – ainda que longínquo – do persa (a principal língua do Irã) porque ambos pertencem à grande “família” indo-europeia de línguas, todas oriundas de uma mesma língua “ancestral”, tecnicamente chamada de protoindo-europeu. Os trabalhos da Sociedade Asiática e o documento de Jones em particular desencadearam, na Europa, em especial na França e na Alemanha, uma onda de investigações comparativas entre línguas. O objetivo era demonstrar a existência de relações sistemáticas entre elas para poder incluí-las ou não numa mesma família. Esse trabalho foi, aos poucos, revelando também os diferentes caminhos que as mudanças tinham tomado, trazendo como resultado a profunda diversificação de línguas, ao longo de milênios, e o desenvolvimento de várias subfamílias dentro da grande família indo-europeia. Os efeitos dessa descoberta e dessas investigações foram vários e profundos. Primeiramente, temos de dar destaque à própria reconstrução, com bases científicas sólidas, da

família indo-europeia de línguas. Pela primeira vez se demonstrava, objetiva e sistematicamente, o parentesco desse amplo conjunto de línguas diferentes que se espalham por um vasto território que vai do Norte da Índia à Península Ibérica e dos confins da Escandinávia ao Mediterrâneo. E que alcança hoje, como resultado da expansão colonial europeia do século XV em diante, as Américas, a Oceania e partes da África. O processo de comparação sistemática das línguas focava os fenômenos propriamente linguísticos como as consoantes e vogais, os morfemas gramaticais e as raízes verbais. Pela primeira vez na tradição europeia, a língua em si era objeto de estudo. Até então, ela sempre havia sido estudada em relação à lógica, à filosofia, à literatura e ao chamado bom uso. Dava-se, agora, uma significativa guinada intelectual, da qual emergiu a linguística, que é precisamente o estudo científico das línguas consideradas em si mesmas. O século XIX consolidou essa nova maneira de estudar as línguas na chamada linguística histórica ou diacrônica. No século XX, os linguistas deram um passo à frente nesse percurso intelectual, demonstrando a possibilidade de se estudar a língua em si como sistema, independentemente de sua história. Nascia a chamada linguística estrutural ou sincrônica. Com essas duas perspectivas na mão, somadas aos estudos da variação e dos usos da língua que se desenvolveram na segunda metade do século passado, a linguística tem feito avançar a extraordinária aventura intelectual que é descrever e compreender a linguagem verbal – esta que é certamente a mais humana das características humanas e, ao mesmo tempo, ainda tão cheia de mistérios. O linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) é considerado o fundador da linguística sincrônica. Em seus famosos cursos na Universidade de Genebra, no início da década de 1910, ele demonstrou que era possível estudar as línguas em si, considerando-as como sistemas de signos. Saussure deu, assim, consistência teórica à intuição de que as línguas humanas são totalidades organizadas. Essa intuição tinha estado presente durante todo o século que antecedeu a proposta saussuriana. Teve, inclusive, uma formulação naturalista forte nos trabalhos do linguista alemão August Schleicher (1821-1867) que, na esteira de sua formação de botânico e de adepto do pensamento evolucionista de sua época, concebia a língua como um organismo vivo. E recebeu do linguista norte-americano William D. Whitney (1827-1894) uma formulação que Saussure muito admirava: a ideia da língua não como um organismo vivo, mas como uma instituição social. Assim, se a linguística, de meados do século XX em diante, tem sido fundamentalmente estrutural, as sementes dessa concepção estão dadas no senso da língua como sistema autônomo, que atravessou o século XIX. A este senso Saussure vai dar o arremate, elaborando a ideia de que a língua é um sistema de signos independente. Foi, então, a linguística histórica que desenvolveu, pela primeira vez, a perspectiva de abordar os dados linguísticos enquanto dados linguísticos. Essa perspectiva foi bem resumida na frase que o linguista alemão Franz Bopp (1791-1867) incluiu no prefácio de sua monumental Gramática comparada das línguas indo-europeias, publicada entre 1833 e 1852: “As línguas de que trata esta obra são estudadas por si mesmas, ou seja, como objeto, e não como meio de conhecimento”. Bopp é considerado o grande sistematizador da linguística histórico-comparativa. A seu respeito diz Saussure: “(...) foi ele quem compreendeu que as relações entre línguas afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma. Esclarecer uma língua por meio de outra, explicar as formas duma pelas formas de outra, eis o que não fora ainda feito”. Bopp foi também um dos criadores do chamado método comparativo, um dos mais importantes legados da linguística do século XIX. Esse método continua sendo usado, com bastante eficácia, ainda hoje, sempre que estamos diante do problema de saber se uma língua é ou não aparentada com outra. O método, claro, tem suas limitações. Ele nos permite retroagir 10 a 12 mil anos na história de uma família de línguas. Além desse limite temporal, contudo, é praticamente impossível localizar termos cognatos entre línguas em razão da própria progressão das mudanças. E, sem esses termos cognatos, que constituem sua base empírica, o método não funciona. Foi com ele em mãos que os linguistas do século XIX reconstruíram parte significativa do passado das línguas indo-europeias e chegaram a propor o protoindo-europeu. Este seria o ancestral de toda a família. Qualquer protolíngua, no

entanto, é apenas uma reconstrução racional que tem mais o formato de um quadro esquemático do que propriamente de uma gramática completa. Mas a construção da família indo-europeia de línguas teve outros efeitos para além das questões propriamente linguísticas. A descoberta desse amplo complexo linguístico-cultural, do qual a Europa se viu, de repente, como apenas uma parte, colocou a cultura europeia sob outras balizas. A percepção de uma unidade indo-europeia mostrou que os substratos da cultura da Europa eram mais profundos do que se tinha acreditado até então. O conhecimento da literatura e da religião hindus provocou uma revisão do que se dizia até ali sobre as manifestações literárias e religiosas da Europa, na medida em que se descobriram na Índia motivos literários e estruturas religiosas que, além de mais antigos, tinham grandes semelhanças com os que ocorriam também na Europa. Novas questões se impuseram à reflexão; e novas disciplinas acadêmicas, como o estudo comparado das religiões e das literaturas, foram criadas. Até aqui estamos no campo da investigação científica. Paradoxalmente, a questão indo-europeia alimentou, no final do século XIX e começo do século XX, uma série de especulações ideológicas de caráter racista. Para defender uma pretensa superioridade do homem branco norte-europeu, alguns intelectuais, entre eles o Conde de Gobineau e seu discípulo Howard S. Chamberlain, distorceram os resultados das pesquisas científicas e começaram a afirmar que os povos germânicos eram os descendentes mais “puros” dos antigos indo-europeus, mitificados como grandes guerreiros e heróis. Passou-se a falar numa “raça” ariana e a defender sua pretensa pureza. Essas formulações encontraram acolhida na ideologia nazista, que acabou por instituir um racismo de Estado, cujos trágicos resultados todos conhecemos bem. Nada disso tem qualquer fundamento científico. A extraordinária conquista da linguística indo-europeia e seus efeitos na compreensão dos fatos de cultura apontam exatamente para o oposto de qualquer discurso racista justamente por mostrar que povos diferentes tinham um substrato linguístico-cultural comum. Este conteúdo foi acessado em 21/07/2017 e está publicado do Blog Parábola Editorial. Todas as informações nele contido são de responsabilidade do autor.